CONTEXTUS nesP

O GOLPE DE ESTADO NO BRASIL E AS RUÍNAS DA REPÚBLICA: resistência e luta social nos movimentos de fé e política

Apresentação

Esta edição de *Contextus* apresenta a palestra proferida pelo professor Maurício Abdalla no 4º Encontro Arquidiocesano de Fé e Política, ocorrido no dia 25 de novembro de 2017, na PUC Minas, em Belo Horizonte. Trata-se de uma reflexão sobre a conjuntura nacional e as perspectivas políticas do Brasil.

O espírito do evento que recepcionou a palestra representa um certo contexto de interpretação para o presente material. Participaram do *Encontro* duas centenas de pessoas, provenientes de diversos movimentos e pastorais eclesiais que percebem sua experiência de fé religiosa estreitamente comprometida com a transformação social e política. Como lema dos trabalhos e celebrações realizados naquele dia elegeu-se a **"política da solidariedade: pensar e agir"**.

A palavra solidariedade foi entendida com o sentido que lhe atribuiu o Papa Francisco no discurso que proferiu no *Encontro com os Movimentos Populares*, ocorrido no Vaticano, em 2014:

> Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada; diria que algumas vezes a transformamos num palavrão, não se pode dizer; mas uma palavra é muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridades da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destruidores do império do dinheiro: as deslocações forçadas, as emigrações dolorosas, o tráfico de pessoas, a droga, a guerra, a violência e todas aquelas realidades que muitos de vós suportam e que todos estamos chamados a transformar. A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isto que os movimentos populares fazem.[1]

O palestrante, Maurício Abdalla, é filósofo e doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde também atua como professor do departamento de filosofia. Também é membro da Rede Nacional de Assessores do Centro de Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP/CNBB) e do Projeto Novos Paradigmas de Desenvolvimento (ABONG/ISER Assessoria).

A palestra foi marcada pelo diálogo com os presentes que contribuíam para a reflexão acrescentando informações e sugerindo pontos de vista. Uma transcrição direta do que ali aconteceu seria impossível. A linguagem escrita não preserva o frescor dos fatos. Enquadra em fórmulas fixas aquilo que transcorreu com o dinamismo e a espontaneidade da linguagem coloquial. A identificação entre o público e o palestrante permitia omissões e simplificações cuja interpretação podia ser plenamente intuída pelos presentes.

Os editores têm consciência de, nesta versão, haver reduzido à paralisia aquela vivacidade, não obstante terem sido preservadas certas marcas de

[1] Discurso do Papa Francisco aos participantes no Encontro Mundial dos movimentos populares. Vaticano, 28 out. 2014. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html. Data da consulta: 28 ago. 2017.

oralidade. Também foram preteridas algumas convenções gramaticais na esperança de preservar a dicção que originalmente caracterizou a palestra. Também foram completadas algumas lacunas que, no momento de enunciação, eram suplementadas por gestos e expressões corporais que os participantes naturalmente podiam perceber.

Os esforços para garantir a legibilidade foram indispensáveis, mas não eximem do risco de que eventuais imprecisões tenham persistido. Em tal caso, a responsabilidade deve ser atribuída aos editores, e não ao palestrante.

Feitas essas considerações, resta-nos dizer que o presente texto foi submetido ao autor da palestra. Aproveitamos para reiterar, publicamente, os nossos calorosos agradecimentos ao Maurício Abdalla por sua preciosa contribuição nesta e em diversas outras produções do Nesp.

Introdução

> **"Agora, porém, quem tiver bolsa, deve pegá-la, como também uma sacola; e quem não tiver espada, venda o manto para comprar uma." (Lc 22, 36)**

Maurício Abdalla: Desde muito cedo em minha vida comecei a fazer parte do *Movimento Nacional de Fé e Política*, por sentir que a fé não pode se dissociar do engajamento social. Essa união alimenta nossa celebração, nossa reflexão e nossa ação. O *Movimento Fé e Política* propicia espaços onde podemos celebrar, refletir e nos alimentar dessa unidade entre nossa fé e o compromisso cristão de fazer política. Então é um prazer muito grande estar num encontro como esse, principalmente por ter a possibilidade de contribuir, de alguma forma, para a reflexão que aqui está sendo feita.

Recebi a tarefa de oferecer uma análise de conjuntura. Na verdade, aquilo que estou para fazer aqui não poderia ser chamado exatamente de uma "análise de conjuntura". Falamos dessa maneira para simplificar e facilitar o entendimento, mas a análise acontece antes, no cotidiano, quando refletimos sobre os acontecimentos da nossa realidade, no dia a dia. Isso é análise. Depois entra em ação um segundo momento: a gente vai fazendo o segundo trabalho, que é pegar esses acontecimentos, concatenar um com o outro, ver a ligação que eles têm com a realidade em seu sentido mais amplo.

Em outras palavras, essa segunda parte é a tentativa de se construir uma síntese. O principal em uma análise de conjuntura é fazer tal síntese interpretativa. É a montagem por meio da qual se mostra a imagem, visível apenas quando se monta o quebra-cabeça. Trataremos de fazer aqui uma exposição dessa síntese de conjuntura. Muitas coisas que vou apresentar já são conhecidas. O objetivo deste Encontro não é simplesmente aumentar a erudição individual, mas sim compreender o cenário no qual se desenvolve a nossa luta e projetar o tipo de ação necessária frente ao cenário que se apresenta para nós.

O golpe de estado no Brasil em 2016

É importante considerar que o cenário atual tem a ver com fatores bem mais antigos. Está vinculado à eleição de Lula, em 2002, e às características de seus dois governos; em 2010, foi eleita Dilma Rousseff como sua sucessora, depois reeleita em 2014. Principalmente, a conjuntura atual tem de considerar o golpe parlamentar que tirou do poder a presidente eleita.

Não se tratou apenas de substituí-la por seu vice. Num processo normal de *impeachment*, o vice deveria representar uma continuidade daquele projeto que foi vitorioso nas eleições de

2014. Diversamente disso, o golpe representou a reversão do resultado daquelas eleições. O projeto que foi derrotado nas urnas e que era representado pela coligação encabeçada pelo PSDB (apoiado pelo DEM e outros partidos) hoje governa o país.

Segue havendo uma discussão sobre a sentido de se nomear o *impeachment* ocorrido no Brasil como um golpe de Estado. Parece válido apresentar para quem discorda do uso do termo "golpe" para caracterizar esse fato a seguinte questão: em que circunstância é possível, em qualquer democracia, que um projeto derrotado pela maioria dos eleitores esteja no governo, exceto por meio de uma nova eleição ou por um golpe? Houve uma nova eleição no Brasil? Não! Por uma consequência lógica, o processo vigente no país só pode ser descrito como uma ruptura com a ordem institucional.

Importa compreender por que isso aconteceu e quem são os agentes que planejaram esse golpe. Não foi um acontecimento explosivo; veio caminhando lentamente. Bem antes da derrubada do governo eleito já havia interesses de certas forças pela imposição de uma mudança. Outras forças foram se tornando agentes do golpe depois, na medida em que a ruptura foi se tornando conveniente para eles.

Ainda há quem não entenda por que um governo que estava possibilitando lucros enormes para grandes empresas e para bancos veio a sofrer um golpe. Afinal, bancos estavam tendo lucros estratosféricos mesmo nos governos Lula e Dilma. Empresários e latifundiários continuaram tendo suas vontades realizadas por esses governos. Por que, então, um governo com tais características sofreu um golpe de Estado? A resposta para essa pergunta exige que se considere a confluência de fatores e de agentes que acabou por configurar esse evento, descrito na ciência política atual como um "golpe suave". Usa-se essa expressão para diferenciá-lo de golpe militar ou de um golpe armado.

O "golpe suave" é uma estratégia de derrubada de governos que inclui uma formação da consciência da população, o controle total dos meios de comunicação e, por meio disso, obtém-se também o controle do Parlamento e do Judiciário. Derruba-se o governo mantendo-se a aparência de um processo democrático. Esse mesmo tipo de "golpe suave" foi utilizado em Honduras para retirar o presidente Manuel Zelaya. Foi utilizado no Paraguai e derrubou o presidente Fernando Lugo. Tentaram utilizá-lo também na Venezuela, na Bolívia e no Equador, mas sem sucesso.

No Brasil, cinco atores definiram a mudança e são eles que, agora, dominam a conjuntura. Embora alguns deles já quisessem antes a destituição do governo, foi a confluência desses cinco interesses que possibilitou a derrubada do governo. Vou mencioná-los aqui e, depois, vamos analisá-los um a um. Eu os apresento mais ou menos em ordem de importância. Os três primeiros são agentes principais. Os dois últimos entram como subservientes, instrumentos, serviçais.

Primeiramente, a indústria do petróleo e os interesses no pré-sal. A indústria estadunidense do petróleo e o próprio governo dos Estados Unidos já estavam de olho na possibilidade de o Brasil se tornar um grande exportador de petróleo num curto espaço de tempo. Isso aparece no relatório da CIA, publicado[2] em 2004. Naquela época, a Petrobrás já estava fazendo prospecções de petróleo no pré-sal, sob os olhares de gente que repassava informações para a CIA. Dois anos depois, foi anunciada a descoberta do petróleo no pré-sal. A seguir, veremos como a indústria petroleira estadunidense atuou para derrubar o Governo Dilma e segue intervindo na política nacional.

Os agentes do sistema financeiro e a crise constituem o segundo ator. A expressão "e a crise" é fundamental, porque os agentes do sistema financeiro estavam muito bem, tanto no governo Lula como no governo Dilma. Antes de ser eleito, em 2002, Lula havia feito uma carta na qual se comprometia a manter a economia de forma a favorecer os agentes financeiros. Aquela "carta ao povo brasileiro"[3] era uma declaração de que, se eleito, seu governo continuaria com a política econômica do governo anterior.

E continuou. Os lucros dos banqueiros e especuladores continuaram a ser remunerados; a dívida pública continuou a ser paga religiosamente,

[2] Trata-se do seguinte livro: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **O relatório da CIA**; como será o amanhã. São Paulo: Geração, 2009.

[3] A carta aqui citada pode ser lida integralmente em: http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf.

comendo uma parte enorme do orçamento. Então, não havia motivo para eles reclamarem. O Itaú e o Bradesco tiveram lucros estratosféricos tanto no governo Lula como no governo Dilma.

Mas, veio a crise. Começou nos Estados Unidos, se alastrou pela Europa e avançou pelo mundo. Em momentos de crise, os agentes do sistema financeiro mudam de posição. Embora eles estivessem felizes antes, no momento da crise mudaram sua perspectiva. São eles que definem, de fato, a política e atuam de maneira a determinar os rumos do país.

Em terceiro lugar, a ajuda local. Em meio a todo povo submisso existem sempre os colaboradores do império agindo localmente. Mesmo no tempo de Jesus, havia os saduceus que enriqueciam às custas da dominação romana. A dominação trazia benefícios para eles e, portanto, não tinham razão para fazer oposição ao Império Romano. A elite sacerdotal, o sumo sacerdote e outros atores colaboravam com a dominação romana, porque tiravam proveito disso.

Aqui no Brasil, **as elites agrárias e empresariais são subalternas ao capital estrangeiro** desde a época da colonização. São tradicionalmente oligárquicas, reacionárias, escravocratas e patriarcais e encontram ampla base de apoio na classe média. Por razões históricas, a classe média reflete e funciona como uma base da elite colonial, patriarcal e escravocrata.

Em quarto lugar, os partidos que perderam as eleições presidenciais, mais especificamente o PSDB e o DEM.

Em quinto lugar, os investigados nos casos de corrupção. A ameaça representada pela Operação Lava Jato começava a se aproximar de um grupo de políticos conhecidos. Os esquemas de corrupção começavam a ser ameaçados e corriam o risco de acabar nas fileiras da Lava Jato. Essa operação estava indo além do objetivo inicial de atingir o Partido dos Trabalhadores e já começava a extrapolar. Esses políticos sentiram, então, a necessidade de darem um jeito nisso.

A indústria do petróleo

a) Telegramas vazados pelo *WikiLeaks*

Em face da possibilidade de o Brasil se transformar um grande exportador de petróleo, o interesse da indústria petroleira estadunidense pelas reservas do pré-sal brasileiro é explicitado em uma série de telegramas que foram vazados pelo WikiLeaks[4]. Trata-se de uma comunicação que o consulado americano no Rio de Janeiro enviou para Washington.

Mostram-se, nesses documentos, os interesses e a interferência da indústria de petróleo na política brasileira desde 2009. Os fatos são, portanto, anteriores à primeira eleição de Dilma. Os telegramas revelam, entre outras coisas, também a ação do governo dos Estados Unidos em favor da indústria do petróleo estadunidense.

A decisão sobre as formas de exploração do petróleo brasileiro implicou a escolha entre dois regimes: o regime de concessão e o regime de partilha. No regime de concessão, a empresa detém o petróleo e tem autonomia para decidir quanto e com qual velocidade vai extraí-lo; no regime de partilha, o petróleo pertence ao Estado brasileiro que é o responsável por tomar essas decisões de gestão. Acontece que o modelo aprovado no Brasil foi o modelo de partilha para a exploração do pré-sal. A autonomia de controle de tamanha reserva de petróleo concentrada nas mãos de um país era inaceitável para a indústria petroleira e para o governo dos Estados Unidos.

Por que, afinal, o Brasil não poderia ter autonomia sobre o petróleo? Porque a economia dos Estados Unidos depende do petróleo, principalmente daquele proveniente da Venezuela. No entanto, na Venezuela estava o Hugo Chávez e, depois dele, o Nicolás Maduro. São governos hostis aos interesses dos Estados Unidos que, já haviam invadido vários países para manter o controle sobre o petróleo no Oriente Médio. Ainda assim, aquele é um território distante e cheio de conflitos.

[4] Uma síntese da publicação do WikiLeaks pode ser lida em: https://wikileaks.org/Nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre.html.
O texto original do telegrama aqui descrito está disponível, em inglês, no site do WikiLeaks: https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html.

Então, o petróleo brasileiro se torna, para os Estados Unidos, a menina dos olhos: distância curta e reservas enormes. Contudo, não poderia ter uma nação no controle dessa fonte. Interessava a eles que no Brasil continuasse existindo um regime de concessão. Não tendo, porém, conseguido fazer passar a lei do regime de concessão, esses grupos parecem desesperados, a julgar pelo que se lê nos telegramas.

De fato, os telegramas mostram os representantes da indústria de petróleo falando em atuar na política brasileira. Para impedir que o Lula fizesse a sucessora, investiram na campanha de José Serra, candidato à presidência da República pelo PSDB em 2010.

Os mesmos documentos mostram a existência de forte interferência nos trabalhos do Congresso Nacional brasileiro, por meio de *lobby*, para motivar deputados e senadores a mudarem a lei de exploração do petróleo. Não é difícil imaginar o peso do *lobby* de indústrias que faturam anualmente centenas de bilhões. Muito dinheiro estava em jogo – um dinheiro que custeou campanhas eleitorais e que também pode ter sido destinado a cofres pessoais.

A interferência da indústria petroleira e do governo dos Estados Unidos nos trabalhos do Congresso Nacional brasileiro mostra também a subserviência do senador José Serra, cuja missão seria atuar em favor dos interesses das petroleiras. Ele é diretamente citado no telegrama e é criticado por, supostamente, não haver trabalhado suficientemente. Em um dos telegramas, é mencionada uma executiva da Chevron que critica a apatia da oposição, ao mesmo tempo que cita o então candidato à Presidência da República, José Serra (PSDB), que diz: "deixa! Depois a gente muda tudo"[5].

A eleição de José Serra, em 2010, representava a esperança da indústria do petróleo. No entanto, foi Dilma quem venceu. Depois ainda teve uma outra eleição na qual Aécio Neves disputou e perdeu. Dilma ganhou novamente. Os telegramas revelam a tensão que esses fatos geraram para quem pretendia realizar o interesse das petroleiras. Revelam também a clara intenção de mudar os rumos do país. Há trechos do texto em que eles reconhecem a derrota e o papel desempenhado por Franklin Martins[6] e Marco Aurélio Garcia[7] – que foram, no Congresso Nacional, os articuladores para a aprovação da lei que instituía o regime de partilha do pré-sal.

Mesmo reconhecendo aquela derrota pontual, os telegramas revelam que as petroleiras continuavam interessadas pelas reservas brasileiras e que não desistiram porque – como dizem em um determinado momento – "as coisas podem mudar". Tal afirmação, feita lá em 2010, revela que a indústria petroleira não ficou passiva. De forma alguma ela podia aceitar que o petróleo ficasse sob o controle da nação.

b) Financiamento para a formação ideológica de jovens e as manifestações de 2013

Desde então, esse poderoso interesse atuou para mudar os rumos do Brasil. Por exemplo, houve a interferência da indústria do petróleo nas manifestações por meio de grupos como o *Estudantes pela Liberdade*, que é ligado ao *Instituto Charles Koch*.

O *Instituto Charles Koch* pertence aos irmãos Koch, proprietários de uma das maiores indústrias de petróleo dos Estados Unidos. Não só maiores, mas as mais denunciadas por crime contra o meio ambiente[8] e por roubo de petróleo em reserva indígena[9]. Também foi denunciada várias vezes pelo *Greenpeace*[10] por danos ao meio ambiente.

[5] Este é o trecho do telegrama, publicado no WikiLeaks, ao qual o autor se refere:
"According to IBP's Pradal, likely PSDB 2010 Presidential Candidate Jose Serra opposed the framework, but seemed to lack a sense of urgency on the issue. She quoted him as telling industry representatives, 'Let those guys [Worker's Party] do what they want. There will be no bid rounds, and then we will show everyone that the old model worked... And we will change it back.'"

(Cf. https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html. Data da consulta: 08 dez. 2017).

[6] Franklin Martins foi ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social do Brasil durante o mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva.

[7] Marco Aurélio Garcia, falecido em 2017, foi assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais nos governos Lula e Dilma Rousseff.

[8] No *site* do *Greenpeace* (em inglês), há uma lista de eventos que implicaram destruição ambiental provocada por indústrias do grupo Koch: http://www.greenpeace.org/usa/global-warming/climate-deniers/koch-industries/koch-industries-pollution. (Data da consulta: 08 dez. 2017).

[9] Consulte (em inglês):

https://indiancountrymedianetwork.com/news/politics/money-koch-bros-stole-from-tribes-could-swing-mid-term-elections/. (Data da consulta: 08 dez. 2017).

[10] Veja, por exemplo, no *site* do *Greenpeace Brasil*: Gigante do Petróleo banca céticos. http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Gigante-do-petroleo-banca-ceticos-do-clima/. (Data da consulta: 08 dez. 2017).

Eles têm um instituto de formação de jovens com cursos de pós-graduação, MBA e outros. Nesse *Instituto Charles Koch* surgiu o grupo *Estudantes pela Liberdade*, com filiais ou similares em vários lugares.

No Brasil, eles atuaram fortemente em favor do *impeachment*. Possuem *sites* que tratam do *impeachment*, participaram das manifestações, financiaram grupos para atuar na criação de uma efervescência social, inclusive nas manifestações de 2013 para dar aquele aspecto de "o povo nas ruas derrubando o governo".

Essa, aliás, foi a função das manifestações de 2013. Uma parte delas começa com o movimento *Passe Livre*, com a franca oposição da imprensa e sendo violentamente reprimida pela polícia do Estado de São Paulo. Multiplicam-se, então, no Brasil inteiro as manifestações em solidariedade aos manifestantes de São Paulo. Na revista Veja, jornal Folha de São Paulo, a Band... em toda a mídia os manifestantes eram considerados como vândalos e baderneiros. Três dias depois, abruptamente, de forma comum a todos os meios de comunicação, muda-se o tom. Passam a falar bem e a convocar a população para participar das manifestações. Quando vários instrumentos estão tocando separadamente e repentinamente começam a tocar juntos e harmonicamente, uma mesma música, é porque um maestro começou a agir ou porque alguém introduziu uma partitura. Algo foi combinado.

As manifestações de 2013 foram um laboratório, foram uma das estratégias do "golpe suave". Naquela época eu publiquei um texto chamado *Oposição sim, golpe não!*[11] Já naquele momento eu sabia que havia começado a primeira fase do "golpe suave", chamada de "aquecimento das ruas". A participação de jovens foi viabilizada pelo financiamento de organismos como o *Estudantes pela Liberdade*.

c) A indústria do petróleo no Governo Temer

Foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo governo a lei que desobriga a Petrobras de participar da exploração do pré-sal. A autoria dessa lei é do senador José Serra, citado no telegrama como o homem da indústria do petróleo dos Estados Unidos no Brasil. Depois ele assumiu o Ministério das Relações Exteriores.

Os campos de petróleo do pré-sal estão sendo vendidos por preços bem abaixo do que valem e o prejuízo já é maior do que toda a corrupção investigada na Lava Jato.

Segundo o diretor de relações internacionais e de movimentos sociais da Federação dos Petroleiros, o João Antônio de Moraes, o valor que deixará de ir para a saúde e a educação pode chegar a R$ 50 bilhões, só considerando o leilão de apenas uma das áreas, a área de Libra. O dinheiro deixa de ser destinado a essas políticas públicas porque a Petrobras não precisa participar. O valor fica na mão das empresas, não vai para o governo. A justificativa para o duro ajuste fiscal que vem sendo feito é a falta de dinheiro, mas abre-se mão de R$ 50 bilhões para beneficiar empresas privadas.

O setor financeiro

O setor financeiro vive do endividamento de Estados. Vive de emprestar dinheiro para o Estado, que é um empréstimo garantido. Por outro lado, a dívida pública é algo necessário para o Estado, que precisa de financiamento para investir e, com isso, se endivida. Cria-se então uma máquina de aplicação do setor financeiro em razão da qual esse próprio setor elege governos que vão definir a rentabilidade a ser paga para os financiadores.

É como se houvesse uma aplicação no banco, em que você pudesse aplicar seu dinheiro e determinasse ao gerente a taxa de juros que você deseja. O sistema financeiro conseguiu configurar os países dessa maneira: elege governos e determina quem será o presidente do banco central. Quando Lula foi eleito, quem definiu o presidente do Banco Central foram os agentes financeiros. A escolha de Henrique Meirelles para esse cargo foi uma imposição do mercado financeiro.

Meirelles havia sido eleito deputado federal pelo partido que perdeu as eleições. Ele era do PSDB e desfiliou-se ao assumir o controle da eco-

[11] Disponível em https://jornalggn.com.br/blog/eduardo-diniz/oposicao-sim-golpe-nao. (Data da consulta: 08 dez. 2017).

nomia. Esse é o tipo de arranjo que o mercado financeiro faz. Pode-se eleger o PT, mas quem vai mandar na economia é o PSDB. O povo elege quem quiser, mas é o mercado financeiro que manda na economia. Essa é a democracia brasileira.

Cria-se, então, um paraíso para os agentes do mercado, no qual a remuneração do capital financeiro está assegurada. Quando começou a crise, a arrecadação se reduziu e o pagamento dos juros poderia ser dificultado. A solução imposta pelo mercado é, então, o corte de gastos. Desse modo é possível continuar pagando os juros da dívida. Em momentos de crise, sempre acontece isso.

Em momentos de crise do sistema financeiro, como foi o da Europa e dos Estados Unidos, os agentes das finanças começam a se preocupar mais com a política. Em momentos de abundância, há dinheiro para atender os interesses deles e, simultaneamente, as demandas dos pobres. Nesse caso, chegam a considerar um bem que se dê algo aos pobres, para os pobres não perturbarem. Em entrevista ao *Caderno Mais*, da *Folha de São Paulo*[12], ainda no seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso afirmou que os excluídos precisam ser ajudados. Não é por bondade; é porque eles são "areia na máquina".

A areia atrapalha a engrenagem. Quem está por cima sabe que existe muito pobre e é bom que haja programa social, quando se tem dinheiro, para deixar os pobres em paz e, assim, se evita a convulsão social. Visto de outro ângulo, talvez se reconheça a necessidade das políticas sociais como forma de aliviar o próprio peso na consciência daqueles que ganham muito dinheiro enquanto outros passam fome. No entanto, quando não há dinheiro bastante para os pobres e para os ricos a solução é tirar dos pobres.

Por isso, em momentos de crise sempre exigem cortes nos gastos sociais e nos benefícios aos trabalhadores que dependem do dinheiro público, principalmente a Previdência. O objetivo é fazer caixa para continuar pagando os juros da dívida. A máquina de investimento deles exige juros sempre altos e pagamento religioso. Foi para manter esse funcionamento que, ainda no Governo Dilma, o seguro desemprego foi modificado. Agora, estão querendo mudar a Previdência e vários outros cortes nos programas sociais estão sendo feitos.

Não se fala em contenção dos interesses dos bancos e especuladores; apenas preocupam-se com reafirmar as garantias para o seu ganho. Coloca-se no poder gente do próprio sistema financeiro. Considere-se que o atual presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, era o economista-chefe do Banco Itaú. O Henrique Meirelles era funcionário do Banco de Boston. Por essa razão, paga-se aos banqueiros com cuidado. É a raposa posta para tomar conta do galinheiro; os banqueiros, para cuidar da economia.

Além disso, criam-se mecanismos cruéis, como a imposição de mecanismos legais de restrição orçamentária. Na Europa, tentou-se discutir esse tipo de mecanismo para impedir o aumento de gastos sociais por meio do aprisionamento do orçamento. Contra essa medida considerada absurda, o povo foi para as ruas na Grécia, em Chipre, na Espanha... Forças sociais mais conscientes protestaram contra o controle do orçamento por meio de mecanismo constitucional ou legal. Mesmo os economistas europeus recusaram essa saída. Orçamento é uma coisa dinâmica. Depende da arrecadação, do crescimento da economia, não se pode prever o orçamento daqui um ano ou dois. Amarrá-lo por meio de lei resulta no engessamento do país.

Na Europa, portanto, tal medida não foi adotada. Mas no Brasil, sim. Rapidamente conseguiu-se apoio para o Projeto de Emenda Constitucional – que era a PEC 241 na Câmara dos Deputados e se tornou a PEC 55 no Senado e hoje é uma emenda à Constituição.

Isso significa que se um novo presidente for eleito e quiser aumentar os investimentos na saúde, na educação, poderá ser deposto pelo Congresso Nacional, sob a acusação de haver cometido crime de responsabilidade. Pela lei, o orçamento só poderá ser aumentado no valor da inflação do ano anterior. Se quiser aumentar na saúde, ele terá de tirar de outro lugar. Esse mecanismo cruel foi tranquilamente utilizado no Brasil e com o apoio de uma parte da população.

É comum encontrar pessoas que apoiam essa PEC do Teto de Gastos, sob o argumento de que não se deve gastar mais do que se arrecada. Não

[12] FOLHA de São Paulo. A nova esquerda de FHC. São Paulo, 13 out. 1996. Caderno Mais. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/13/mais!/9.html. Data da consulta: 29 nov. 2017.

é isso, porém, que essa emenda constitucional diz. Ela proíbe aumento nos gastos primários, ou seja, investimento em saúde, educação, habitação, pagamento de servidores, manutenção da própria máquina do Estado... O pagamento de juros e serviços da dívida continuam liberados para crescer indefinidamente. Se o país sair da crise, o PIB e a arrecadação aumentarem, ainda assim o orçamento não poderá aumentar. O orçamento primário não pode aumentar, mas a parcela que vai para os especuladores e para os banqueiros pode. Disso a população não foi informada.

No período de crise que o Governo Dilma encontrou, com o sistema financeiro exigindo corte de gastos e a proteção dos seus ganhos, o Governo Dilma cometeu o terrível erro de tentar agradar os dois lados da sociedade. Por um lado, tentou-se manter os programas sociais com cortes pequenos em face à voracidade do sistema financeiro. Pequenos cortes foram feitos nas universidades. Dilma jamais ia acabar com o *Minha Casa, Minha Vida*. Jamais ia acabar com o *Bolsa Família*. Não ia mexer em certos ministérios.

Por outro lado, o governo Dilma também tentou agradar o sistema financeiro. Começou a fazer o ajuste fiscal. Colocou o Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, que aumentou os juros e, consequentemente, aumentou a dívida do Estado e cresceu o déficit. No entanto, estava claro para o mercado financeiro que os cortes que eles desejavam impor como medidas de crise, com drásticos cortes nos gastos sociais e na Previdência jamais seriam feitos por Dilma. Os agentes do sistema financeiro passaram a rejeitar o governo Dilma.

Tentando agradar os dois lados, ambos acabaram descontentes. Nenhum trabalhador e nenhuma pessoa que defende os direitos sociais vê o enriquecimento absurdo dos banqueiros e dos grandes empresários e aceita a redução de seus benefícios. Os movimentos sociais – e até a CUT, que era base de apoio do governo – começaram a protestar. Dilma titubeou e, dessa forma, perdeu o apoio da base social que poderia lhe dar sustentação. O apoio dos setores mais à esquerda e dos movimentos sociais tinha sido fundamental para reelegê-la. No entanto, tais setores não puderam aceitar o ajuste fiscal ou a presença de Joaquim Levy na presidência do Banco Central. Dilma tentou agradar aqueles que não deviam ser agradados.

O discurso de que o governo é "de todos" só aparece quando é um governo popular que está no poder. Quando o Fernando Henrique entrou, era o governo dos empresários e dos banqueiros. Da mesma forma, aconteceu em outros governos. Num governo com característica popular, porém, em vez de se dizer que se trata de um governo dos trabalhadores, aparece o discurso de que é preciso governar para todos.

No caso brasileiro, não houve "a nossa vez", pois o governo petista tentou agradar seus oponentes. Entrando numa luta, decidiu não atacar seus adversários. Não enfrentou a Rede Globo, não enfrentou os grandes empresários, não enfrentou os banqueiros. Decidiu só apanhar, a ponto que, apanhando demais, acabou nocauteado.

Já o governo atual assume a causa das finanças sem escrúpulos. Enquanto o governo Dilma tentava essa conciliação, o governo Temer se assumiu como um governo dos banqueiros e dos grandes empresários. Tem feito cortes drásticos nos programas e investimento sociais, na agricultura familiar, no combate à seca, na saúde, as universidades estão sendo sucateadas, o Brasil está sendo colocado novamente no mapa da fome. A reforma da Previdência que está batendo às portas, com todos os gastos que estão sendo feitos para que seja aprovada, também está relacionada com o desejo de cortar toda a área social, ainda que para isso seja preciso redefinir a Constituição de 1988.

Redefinição é eufemismo. Trata-se da destruição da Constituição de 1988 por um Congresso que não recebeu mandato para fazer uma nova Constituição. Pela quantidade de emendas que estão sendo feitas, pode-se dizer que é uma deformação da Constituição. Uma mudança tão substancial só poderia ser feita com a convocação de uma Assembleia Constituinte. Dizem que a Venezuela é antidemocrática por ter chamado uma assembleia constituinte. No Brasil, sem uma assembleia constituinte, se reformula a Constituição, e ainda há quem considere haver democracia aqui.

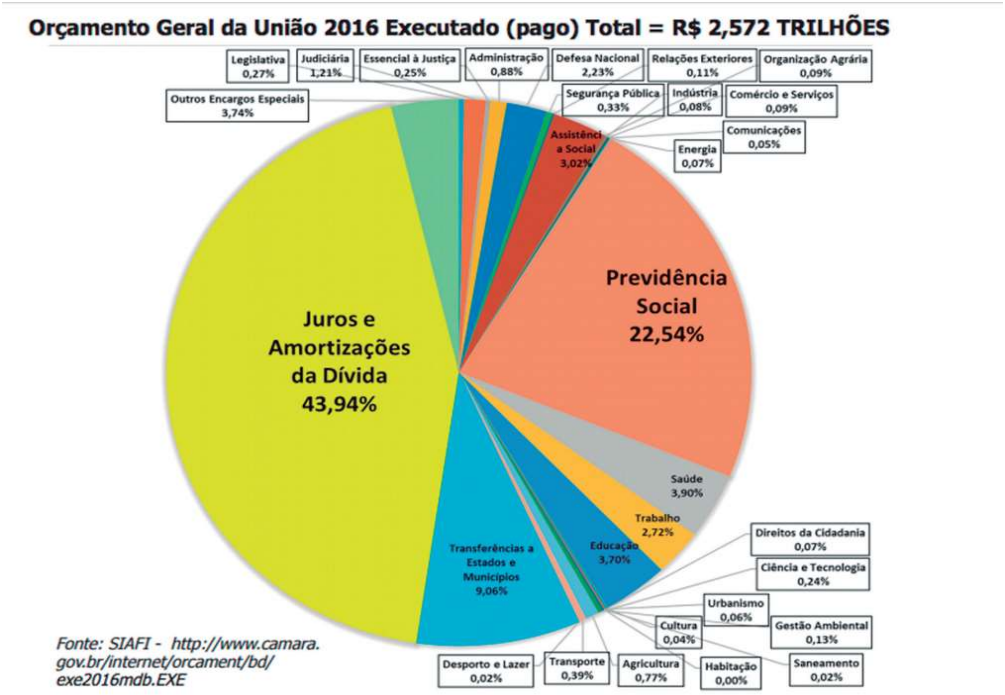
Como disse o ministro da saúde, Ricardo Barros, ao assumir a pasta, a Constituição de 1988 é "inviável" porque garante muitos direitos e o Estado não consegue oferecer todos eles. Ao que parece, a perspectiva é a da retirada de direitos sob a alegação de que o quadro mudou.

No orçamento executado em 2016, foram gastos, efetivamente, R$ 2,572 trilhões. Desse valor, as despesas com a dívida chegaram a R$ 1,13 trilhão. É um número inimaginável. Caso fosse possível a alguém contar R$ 1 bilhão em moedas de um real, dedicando ininterruptamente 24 horas por dia para tal tarefa, contando um número a cada segundo, seriam necessários aproximadamente 31 anos de trabalho – sem descanso algum e sem qualquer distração – para atingir o valor de R$ 1 bilhão. Tirando-se algumas horas do dia para repouso e outras atividades da vida, seriam necessários cerca de 47 anos de trabalho, dedicando 16 horas diárias. Essa cifra é, portanto, inatingível. Trata-se de um valor praticamente inimaginável.

No orçamento de 2016, foram destinados mais de R$ 1 trilhão ao pagamento de interesses do mercado financeiro. Um trilhão são mil bilhões. Os R$ 130 bilhões que aparecem no gráfico são apenas um quebradinho. Um trilhão! Foi essa a parte do orçamento destinada aos juros e à amortização de uma dívida que, mesmo assim não se reduziu. Ela cresce o tempo todo. A outra parte do gráfico expressa os valores que devem ser divididos com todas as demais despesas do Estado: transferência para estados e municípios, educação, trabalho e saúde, previdência social... O pagamento aos investidores que emprestam dinheiro ao Estado e exigem o pagamento de juros altos corresponde a quase a metade do orçamento do país.

O setor financeiro sempre existiu. A diferença é que hoje eles dominam a economia e a política dos países. Mesmo antes do Capitalismo, nos regimes feudais, quando precisavam de dinheiro os reis pediam empréstimo mediante o pagamento de juros. Era um empréstimo de risco, pois eventualmente o rei poderia se recusar a pagar. No período moderno, a burguesia não depende mais de rei. Ela assumiu o poder ela mesma. Não há, então, risco algum de o Estado não pagar.

Há governos que repactuam, exigem auditoria, suspendem o pagamento e propõem renegociação. Recentemente, a Argentina chegou a um estado de insolvência e, num estado de crise total, Cristina Kirchner teve que renegociar. Mesmo assim, alguns investidores se recusaram à renegociação e entraram na justiça dos Estados Unidos para receber exatamente aquilo que eles tinham a receber. São os chamados "fundos abutres", indiferentes ao impacto que a Argentina pudesse vir a sofrer. Pouco lhes importa se pessoas vão morrer de fome, se hospitais vão ficar sucateados. Querem saber de crescer e para isso querem um governo que lhes garanta tal crescimento. Se foi eleito um governo que não é de sua confiança, não hesitam em usar todos os meios possíveis para mudá-lo. Isso põe perspectivas bastante ruins para a democracia no mundo.



Elites agrárias e empresariais subalternas e suas bases na classe média

O terceiro agente nesse quadro são as elites agrárias e empresariais subalternas. Elas dominam o Brasil e têm uma base social na classe média.

A Fiesp não combate os interesses dos banqueiros, embora os agentes do sistema financeiro prejudiquem o comércio e a indústria. O agente financeiro faz intermediação financeira. Quando alguém compra algo usando um cartão de crédito ou de débito, quem vendeu ganha o dinheiro e quem comprou ganha o produto. Mas existe uma terceira pessoa que ganha sem ter produzido nada: o intermediador. A administradora do cartão embolsa 3% nas vendas pagas com cartão de débito ou 5% nas vendas com cartão de crédito. Seu papel é apenas colocar o comprador e o vendedor em contato. Não produziu nada, não consumiu nada e retirou para si de 3% a 5% da economia.

Se alguém compra uma geladeira financiada, julgando apenas o valor da prestação que cabe no seu bolso, quando soma o percentual que paga ao mediador em cada prestação acabará por constatar que pagou a esse operador o valor de uma outra geladeira. Ou seja, a empresa vendedora perdeu uma geladeira. O comprador perdeu uma geladeira. O intermediador financeiro, por sua vez, ganhou uma geladeira. Nesse processo, foi tirada do comprador a possibilidade de comprar outras coisas. Ao mesmo tempo, tira-se de quem comercializa a possibilidade de vender outra coisa.

O intermediário suga da economia. Evidentemente, em certos momentos é necessária tal intermediação financeira, mas da forma como hoje se dá esse processo, uma parcela importante de recursos é retirada da economia real, isto é, da indústria e do comércio.

Deve-se perguntar por que, afinal, a Fiesp e outras organizações semelhantes apoiaram um golpe que beneficia tão fortemente os interesses desse setor financeiro que, em última instância, são prejudiciais aos negócios da indústria e do comércio. Elas o fazem porque as elites empresariais e agrárias brasileiras são subalternas. Elas se penduram onde podem. Penduram-se no mais forte e tentam encontrar uma maneira de obter seus ganhos sem ter de fazer enfrentamentos.

Tais classes nunca vão se aliar com o povo trabalhador e nem mesmo com classes minoritárias, como o pequeno comerciante. No Brasil, esse é um fenômeno histórico. As elites atuais são herdeiras da cultura colonial. São historicamente submissas à burguesia mundial, sem projeto nacional e alheias aos interesses do país. Pelo contrário, as nossas elites sempre entregaram o país. Nunca tiveram um projeto nacional de desenvolvimento. Seu projeto foi sempre o de encontrar uma maneira para ficar mais rica.

A reforma agrária seria interessante para o Brasil como país capitalista. Melhoraria inclusive a situação para os próprios empresários e para os fazendeiros. Os países capitalistas avançados fizeram a reforma agrária. Aqui sequer isso. Querem saber de ter quantidades de terras enormes, lucros enormes, por isso mantêm-se submissas. Historicamente foram submissas aos interesses internacionais.

Essas elites se aliam aos setores mais fortes, mesmo quando isso prejudica em parte os seus interesses. Na verdade, o interesse dela é manter-se como elite local. Isso explica a aliança dela com o setor financeiro. Se for preciso abrir mão de certos interesses e entregar o país para o estrangeiro, fazem isso tranquilamente, sem nenhuma vergonha. Fizeram isso na relação com Portugal. Depois repetiram o mesmo padrão na relação com outros países. Hoje prestam o mesmo serviço aos Estados Unidos.

A paga que essas elites receberam pelo golpe veio em forma de perdão de suas dívidas. Nos últimos meses, todos puderam acompanhar os números do programa de refinanciamento de dívidas, o Refis, por meio do qual o governo abriu mão de cobrar milhões de reais que lhe eram devidos. Só o relator[13] do projeto que transforma em lei a medida provisória que criou o *Programa de Regularização Tributária*, o deputado Newton Cardoso

[13] Entre outras fontes para essa informação, sugere-se consultar a seguinte notícia publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1877939-deputados-devedores-propoem-perdao-de-debitos-em-novo-refis.shtml. Também vale a leitura de uma matéria publicada no jornal *O globo*, com o título *Newton Cardoso Júnior: um deputado endividado, recatado e do lar*. In: https://oglobo.globo.com/economia/newton-cardoso-junior-um-deputado-endividado-recatado-do-lar-21700455. (Data da consulta: 08 dez. 2017).

Júnior (PMDB-MG), tem R$ 67,8 milhões de dívidas em nome de suas empresas.

Empresas tiveram suas dívidas financiadas e ruralistas tiveram dívidas perdoadas. Além disso, houve a eliminação de leis trabalhistas e a promessa de proteção de seus lucros contra impostos. O governo não sobe imposto direto, só imposto indireto. Poderia aumentar o imposto sobre lucro, ou o imposto sobre grandes fortunas ou o imposto sobre herança para aumentar a arrecadação. Ao invés disso, aumenta o imposto sobre combustível porque isso é repassado para o consumidor. Empresário que vende combustível não é afetado com o aumento do valor do imposto do combustível. Eles dizem que pagam muito imposto, mas na verdade apenas o repassam. É o consumidor final que paga. A promessa feita pelo atual governo de não mexer em imposto direto está se concretizando.

Portanto, essas elites empresariais e agrárias também tiveram sua parte nos espólios do golpe. Elas carregam a tradição elitista, racista, etnocêntrica, patriarcal e indiferente aos direitos humanos. Todas essas são características de uma parte da sociedade brasileira. Quem estuda a história da colonização no Brasil percebe que essa é uma elite avessa a qualquer tipo de ideia nova.

O Estado não cumpre a Constituição, já que não protege o cidadão. Quando existe alguma medida de proteção nessa linha, como a criação do ministério da igualdade racial, da mulher ou dos direitos humanos, essas elites consideram absurda tal iniciativa. Negro e pobre andando de avião é visto como inaceitável. Essa mentalidade elitista torna essa parte da sociedade avessa a qualquer tipo de direito que possa caber às classes dominadas ou aos pobres de modo geral.

A PEC das Domésticas gerou indignação por se ter de pagar para uma empregada doméstica o mesmo que se paga para outro trabalhador. Ouviu-se a desculpa de que a nova lei geraria desemprego. Já de início, deve-se constatar que a legislação que favorece os empregados domésticos não gera desemprego, porque a classe média e a elite não vivem sem uma ou duas empregadas. Além disso, se há realmente a preocupação com o desemprego, por que não foram às ruas protestar contra a privatização que gera desemprego em massa? Outro argumento utilizado para negar a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador doméstico foi a alegação de que “a empregada é diferente”: uma “pessoa da família não pode ter direitos”.

Na prática, não se quer conceder direito algum a trabalhador. O projeto do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) de reformulação das leis trabalhistas para o camponês permite pagar o trabalhador rural com casa e comida. As elites consideram um absurdo pagar uma diária de R$ 80. Querem pagar diária de R$ 20. Ouve-se, no campo, a reclamação de que, depois do governo do PT, ninguém quer trabalhar. Parece claro que ninguém quer trabalhar nas condições que as elites desejam impor e com as quais elas estavam habituadas.

Essa ideologia elitista penetra em setores da classe média e se transforma numa patologia social. A classe média sofre uma certa esquizofrenia. Ela não é elite, mas se acha elite. Ávida por sinais de distinção, perfuma-se, veste-se bem para andar de avião e se sente parte da elite. No entanto, entra em crise quando depara com alguém negro, trajando bermuda e calçando um chinelo. Como não pode pagar pela primeira classe, acaba tendo que viajar ao lado de um pobre ou de um nordestino, que ela despreza. Ou então viaja com a empregada da amiga que está indo de avião para os estados do Nordeste. A classe média quer seu filho na universidade, mas seu filho está estudando na mesma universidade que a filha do porteiro.

Forma-se uma patologia social. Por isso, ela se mostra contrária a cota social ou a cota racial. É contra o fato de índio ter terra. Ela quer se diferenciar de alguma maneira, por isso quando a ideologia das elites chega na classe média, se converte numa patologia social, cujos sintomas são: discurso de ódio, apelo à violência, ao fundamentalismo e ao messianismo político que faz de Bolsonaro um salvador. É o fascismo que paira como uma ameaça muito séria.

Os meios de comunicação atiçaram esses setores da classe média como quem cria cão raivoso para o ataque. Acontece que quem cria cão raivoso para o ataque perde o controle sobre ele. É o que estamos vivendo hoje. O resultado é a predominância dessa patologia social nas redes sociais. O racista tinha vergonha de ser racista em público. O machista tinha vergonha de ser machista em público. Tinha havido um avanço que permitira representar como ruins esses comportamentos.

Na sua tentativa de destituir o governo identificado historicamente com a esquerda e com algumas causas sociais, a mídia colocou tudo num bolo só e atiçou o cão raivoso que agora se tornou incontrolável. Pessoas estão assumindo o seu racismo ou seu machismo; estão militando e reivindicando essas suas atitudes como liberdade de expressão. É nesse ambiente que crescem figuras como o Bolsonaro como se fossem alternativa eleitoral. Tudo isso é fruto do ódio que foi disseminado para que esses setores mais reacionários também viessem a atuar para a derrubada do governo.

Os partidos derrotados na eleição presidencial de 2014

Os partidos que perderam a eleição aproveitaram a oportunidade oferecida pelos grupos sociais que queriam mudar o governo e dar sustentação ao seu projeto de chegar ao poder. O PSDB e o DEM perderam as eleições, mas não aceitaram o resultado escolhido pela maioria e tentaram inviabilizar o governo de Dilma. Decidiram-se a não aprovar nenhum projeto do governo na Câmara e o fizeram graças a Eduardo Cunha, embora este fosse do PMDB, um partido aliado do governo.

Esses três partidos estão em posições centrais no governo do pós-golpe. Em nenhuma acepção possível de "democracia" partidos que perderam as eleições poderiam estar no governo, fazendo valer seus projetos, que foram derrotados nas urnas, como dito no início. Em nenhuma acepção possível de democracia quem perde governa. Não tem lógica alguma, mas são esses partidos que perderam que dão o tom do atual governo após o golpe.

Os investigados em casos de corrupção

Em quinto lugar, também os investigados em casos de corrupção se envolveram nesse conluio para destituir o governo. Sobre esse assunto, são dispensáveis os comentários, pois as gravações das conversas do ex-presidente da Transpetro, o Sérgio Machado; as gravações de Joesley Batista e as delações dos executivos da Odebrecht falam por si só. Os fatos foram expostos abertamente na televisão. Sentindo-se acuados, viram na substituição de Dilma por Michel Temer uma chance de atalhar o avanço das investigações. Sozinhos eles não conseguiriam impor tal mudança, mas tiraram proveito da onda gerada pelos demais protagonistas do golpe.

A corrupção no sistema capitalista é estrutural[14]: O capitalismo criou um sistema no qual os que dominam economicamente não são os mesmos que estão na política. No regime feudal quem mandava eram os próprios senhores feudais. Eles eram econômica e politicamente a classe dominante. O capitalismo, no entanto, criou o Estado como se fosse uma terceira pessoa ou um agente externo.

Não é um banqueiro ou um grande empresário que exerce diretamente o poder, mas sim uma terceira pessoa (idealizada como se não pertencesse a essa classe social e econômica), eleita na sociedade para atuar acima dos conflitos sociais. Contudo, para que o sistema econômico funcione segundos interesses desses grupos, a classe que domina a economia tem que manter o controle sobre os eleitos. Para fazer valer os interesses do capital tem que ter o controle sobre os eleitos. O controle sobre os eleitos se dá por financiamento de campanha, por benefícios e pagamentos regulares àqueles que estão exercendo o poder.

[14] Sugere-se a leitura do texto "A democracia no capitalismo", deste mesmo autor, publicado no Caderno Temático do Nesp, número 7. Um extrato mais breve desse capítulo pode ser lido em dois artigos publicados no jornal *Le Monde Diplomatique*. A primeira parte, "Capitalismo e política: corrupção", está disponível em https://diplomatique.org.br/capitalismo-e-politica-a-corrupcao-primeira-parte/.
A segunda parte, "Capitalismo e política: limites da democracia", pode ser lida em https://diplomatique.org.br/capitalismo-e-politica-ii-limites-da-democracia/.

É dessa forma que se consegue que mesmo um deputado eleito em razão de outros vínculos sociais acabe cooptado para votar a favor da reforma da previdência ou da liberação da venda de armamento. Os benefícios, a mesadinha, a contribuição para campanha fazem da propina algo estrutural. A corrupção, no sistema capitalista, não é um desvio, mas uma prática necessária para que os capitalistas controlem o poder mesmo o voto sendo popular. Se não controlarem por esses meios, correm o risco de propostas populares acabarem sendo votadas pelos deputados e, obviamente, o que é bom para o povo contraria os interesses capitalistas.

O fim da república

A mudança, porém, foi bem mais profunda do que alguns supõem. Talvez pelo fato de se estar vivendo a situação não se tenha sua dimensão exata e há quem deposite esperança nas eleições de 2018 como se representassem uma possível reversão do golpe. Os resultados de tudo isso que vem ocorrendo no Brasil implicam o fim da República.

A República, que mal já havia, acabou de vez no Brasil. Todos os ideais de república, o mínimo que se estava conseguindo acabou. Os poderes republicanos se fundiram em um conglomerado, cujos componentes, em sua maioria, são mercenários a serviço do capital financeiro e de outros grupos econômicos, sem consideração por Constituição, lei, princípio, soberania popular ou qualquer coisa que sustente o caráter republicano no país. Supremo Tribunal Federal, Congresso Nacional e Presidência da República formaram um conglomerado único.

No Supremo Tribunal Federal, encontra-se uma figura como o ministro Gilmar Mendes que praticamente não encontra resistências para suas ações em benefício do conglomerado. Vez por outra há algum desencontro com o ministro Roberto Barroso, assim como no passado se via com o ministro Joaquim Barbosa, mas tudo continua do mesmo jeito. O Supremo viu, passivo e cúmplice, um processo de *impeachment* absolutamente ilegal acontecer. O ministro Ricardo Lewandowski, à época presidente do STF, testemunhou o *impeachment* sem fazer absolutamente nada, ficou de joelhos. Depois ele próprio declarou, em uma palestra numa universidade[15], que o *impeachment* foi "um tropeço na democracia" brasileira.

O Congresso Nacional está absolutamente rendido aos interesses do capital. Possivelmente bem remunerados com o dinheiro recebido das grandes empresas, os parlamentares agem pautados não pelo interesse do país, mas sua moral é facilmente corrompida pelos interesses de quem lhes paga. Já o Poder Executivo, com Michel Temer, transformou-se em uma cleptocracia.

Formou-se um amálgama. Não existem mais os três poderes no Brasil. Não há equilíbrio entre eles, não há fiscalização, não há harmonia, exceto talvez pela harmonia resultante do combate que une os três poderes contra a sociedade. Esse conglomerado age de maneira unitária, embora, evidentemente, com dissidências internas e contradições. O princípio da tripartição do poder com sua necessária harmonia e independência não existe mais.

O Estado brasileiro se converteu num único corpo que age sob o comando direto e exclusivo de banqueiros, especuladores e empresas transnacionais sem prestar contas a qualquer princípio democrático. O controle do poder nem de longe é do povo e sequer dos políticos.

Todos sabem que o controle do poder não é do povo, mas a sociedade tende a pôr a culpa nos políticos. A análise de conjuntura muitas vezes se limita a considerar os movimentos que acontecem no período pré-eleitoral, nas candidaturas e alianças partidárias, quando, na verdade, o poder não está aí. Esse amálgama dos poderes age sob o comando direto e exclusivo dos setores que controlam o capital.

Os partidos políticos não têm projeto próprio. PSDB, de nome, é um partido social-democrata,

[15] Trata-se de uma aula, em 26 de setembro de 2016, na USP, onde o ministro leciona *Teoria do Estado*. Cf. LINDNER, Julia. Lewandowski diz que impeachment de Dilma foi um 'tropeço na democracia'. In: **O Estado de São Paulo**. Cad. Política. São Paulo, 28 set. 2016. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lewandowski-diz-que-impeachment-de-dilma-foi-um-tropeco-na-democracia,10000078768. Data da consulta: 15 dez. 2017.

mas é totalmente neoliberal. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) participou do processo de *impeachment*. Só tem o nome de "socialista". Os partidos não têm o controle. O controle está nos bastidores do poder. O foco da política não está no Congresso Nacional.

O verdadeiro bastidor do poder são as entidades que reúnem as corporações de bancos e empresas. São a Fiesp, a Confederação Nacional de Indústria, as organizações mundiais de empresas e bancos, os fóruns como o Fórum Econômico de Davos. É ali que acontece a política. Salvo por uma minoria que consegue ser exceção, os eleitos são apenas representantes desses interesses.

No Estado brasileiro restou apenas uma "democracia" que talvez possa existir apenas entre os diversos setores do capital, que combinam entre si e entregam tudo pronto para que o Congresso Nacional aprove. A bancada religiosa fundamentalista, a bancada ruralista no Congresso sequer entendem o que estão votando. Por vezes, ouvem-se declarações de deputados sobre a reforma da previdência e outras reformas sem demonstrar qualquer conhecimento sobre o que está sendo votado. Não são os parlamentares que definem o conteúdo de tais reformas.

O cinismo e a falta de escrúpulos ou de vergonha dos que compõem a cara pública desse amálgama estatal, governamental (presidente, ministros, parlamentares, juízes) fazem troça, zombam da passividade e da idiotia coletiva a que foi submetida a maior parte da sociedade civil que está adormecida. Pode-se dizer que a sociedade está adormecida porque não é ela quem está dando o tom.

As centrais sindicais não estão conseguindo fazer manifestações de massa. Isso não quer dizer que não haja movimento algum. Há coisas acontecendo, mas não são os setores organizados que estão dando o tom. Há movimentos de resistência, como a *Frente Povo Sem Medo* ou a *Frente Brasil Popular*, mas infelizmente não são eles que estão dando o tom da política e da economia brasileiras. Não estão dando sequer o tom para o pensamento social.

Isso não tem nada a ver com crescimento ou queda de Lula em pesquisa. Não se trata de uma questão eleitoral. O Brasil está vivendo a forma mais pura e evidente de ditadura do mercado. Nenhum país experimentou tão nitidamente essa forma de ditadura. A república não existe mais.

Enquanto isso, os desorganizados são maioria e estão jogados em uma idiotia coletiva, limitando-se a repetir no dia seguinte aquilo que, na véspera, ouviram na televisão. Por isso um ministro do Supremo Tribunal Federal pode dar um jantar com a presença de um convidado que é réu em uma ação que esse mesmo ministro haveria de julgar[16]. O Brasil permite tal cinismo, ao mesmo tempo em que a imprensa trata semelhantes fatos como normais.

A sociedade brasileira tem reagido com naturalidade perante tal cinismo. Enquanto essa congratulação entre juiz e réu era noticiada, nas redes sociais muita gente estava preocupada em saber se Lula é ou não o dono do tríplex ou do sítio em Atibaia como se fosse esse o grande problema do Brasil. Não importa o que se diga a respeito de outros políticos ou de seus partidos e a reação mais comum é dizer que "todo mundo é igual! Ninguém presta!". Quando se diz que recibos do Lula estavam com data errada, a reação é bem mais específica, como se apenas o PT fosse corrompido.

Formou-se uma mentalidade bem feita, de modo a tornar natural esse tipo de reação. De forma sutil alcançou-se o controle das consciências. Sem os meios de comunicação desempenhando esse papel, a revolta já teria deixado as ruas em fogo e destruição.

A capitulação dos governos petistas

Dilma poderia ter feito diferente. Caso contrário, sequer deveria ter disputado a eleição. Para fazer o programa do PSDB, deixasse que o próprio Aécio Neves o fizesse e o povo iria lutar contra esse programa nas ruas. No entanto, Dilma não podia fazer milagre. O Governo Dilma alega que

[16] Cf. "Gilmar Mendes dá jantar de aniversário a Serra e discute reforma política com delatados". In: http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/gilmar-mendes-da-jantar-de-aniversario-a-serra-e-discute-reforma-politica-com-delatados/. (Acesso em 09 dez. 2017).

sofreu pressões do Congresso, mas em momento nenhum o governo denunciou, para a população, a pressão do Congresso ou dos banqueiros. O governo podia ter convocado o povo, mesmo que viesse a ser destituído. Ao contrário, o governo tentou negociar por cima e esse foi o problema.

É fato que não daria para fazer milagres, mas também não precisava se entregar e se render de forma tão ingênua como foi a rendição. Também não precisava ter negociado – desde o começo, quando o Lula foi eleito com a maior votação da história do Brasil – com partidos tão fisiológicos como o PTB, de Roberto Jefferson, ou o PP, de Paulo Maluf em troca de apoio a qualquer preço. Usa-se dizer que sem o PMDB ninguém governa. No entanto, foi exatamente graças à aliança com o PMDB que o PT foi impedido de continuar no governo.

Ao contrário da atitude adotada pelo PT no governo, o apoio deveria ter sido exigido desses partidos apelando para o povo, que havia dado a Lula a maior vitória eleitoral de todos os tempos. O governo resolveu negociar da forma mais fácil sob o argumento de que essa é uma tática comum da direita. O problema é que no caso do governo petista a manobra acabou aparecendo. A direita se permite fazer suas falcatruas porque ela controla também os poderes de fiscalização e controle. O juiz é da direita, o Supremo Tribunal é de direita. A direita rouba, mas o Ministério Público não denuncia. O serviço de inteligência é da direita. Ao pretender fazer a mesma coisa que os governos de direita, o governo petista correu o risco de ver suas más ações expostas.

Quando podia ter enfrentado a Rede Globo, não o fez em momento nenhum. Eu soube que uma figura de altíssimo escalão no governo teria dito, num encontro de comunicadores, que o governo não precisaria criar meio alternativo de comunicação (como, aliás, a Venezuela fez com a TeleSUR), porque estava com a Globo nas mãos. Acreditou-se que a Globo ficaria nas mãos do governo por ter tido suas dívidas perdoadas. Em nenhum momento o governo colocou na pauta a democratização dos meios de comunicação. Se tivesse feito diferente, poderíamos ter hoje um canal público de televisão com força.

Perspectivas

As perspectivas infelizmente não são boas. É fundamental admitir esse fato para fazer uma análise de conjuntura séria e saber onde se está pisando. Não há perspectiva positiva de curto prazo para o nosso país. Os agentes que conduziram à atual conjuntura estão conseguindo aprovar no Congresso todas as mudanças que desejam. A reforma da previdência está encontrando mais resistência, mas isso não se deve aos movimentos sociais, mas ao medo dos próprios políticos de terem perdas com essa reforma. Todas as outras medidas foram aprovadas facilmente no Congresso. Ministérios importantíssimos foram extintos. A internet é dominada pelo discurso fascista e reacionário. As perspectivas não são boas.

As eleições de 2018 são uma incógnita, mas dificilmente o resultado será positivo. Daí a necessidade de desvincularmos das eleições a análise de conjuntura e a ação social. Eleitoralizar a nossa luta foi o grande erro que cometemos no passado. No momento em que decidimos juntar forças para eleger o presidente e mudar o país, fomos deixando de fazer uma série de coisas e desaprendemos a fazer o trabalho de formação das bases e de constituição de movimentos...

Enquanto duraram o Governo Lula e o Governo Dilma, o movimento sindical desaprendeu como se faz oposição. Até mesmo a CUT, durante longos quinze anos, desaprendeu a fazer a fazer movimento. Isso durou uma geração inteira. Há sindicalistas desse período que nunca souberam o que é fazer uma greve, nunca souberam o que é ir para as ruas, porque se limitaram a tentar defender o governo o tempo todo. Agora que não têm que defender o governo não sabem o que fazer.

Não se pode incorrer no erro de achar que a eleição vai resolver. Não sabemos sequer se haverá eleição em 2018. A direita está experimentando várias pessoas, como o Luciano Huck ou o João Dória e nenhum deles está emplacando. Apenas Lula e Bolsonaro têm se destacado, este último com perspectivas de crescimento. É verdade

que Lula está na frente, mas ele já foi condenado em primeira instância pelo juiz Sérgio Moro. Se o Tribunal Regional Federal confirmar a sentença de Moro, o Lula estará fora da disputa e não há outra liderança expressiva que possa vir a disputar. Retirando-se a candidatura de Lula, o espaço estará aberto para Bolsonaro.

O voto em Lula se transfere para Bolsonaro, pois não expressa a consciência dos setores organizados, mas é fruto também do messianismo político. Há uma lembrança do Lula como quem fez programa social, trouxe luz elétrica, cuidava dos pobres. Não sendo mais ele o candidato, é provável que esse eleitor parta em busca de um outro messias. Bolsonaro se elegendo, o Brasil inteiro mergulha num caos social e econômico. É possível que venha a ocorrer um golpe puxado por ele ou um golpe para tirá-lo do governo, colocando os militares no poder.

Por outro lado, se Lula vencer as eleições terá de negociar com o Congresso com um perfil como esse atual. Teria de fazer aliança com o PMDB e aproximar-se de políticos como o Renan Calheiros. De fato, ações dessa natureza já têm sido vistas nos últimos meses. Portanto, no melhor dos cenários seria um governo muito limitado pelas mudanças que vêm sendo aprovadas no Congresso após o golpe.

A menos que sejam revogadas tais mudanças, o trabalhador vai continuar com a CLT destruída, sem previdência, com orçamento engessado. A menos que se fizesse um referendo revogatório das medidas aprovadas no governo Temer, nada adiantaria vencer as eleições. Ainda restaria como incógnita se Lula iria propor a realização de tal referendo.

Por fim, há que se perguntar se aqueles cinco agentes, que fizeram tanto esforço para tirar um governo, aceitariam que o povo o reconduzisse de novo ao poder. Persistem as sombras de um golpe militar ou da implementação do parlamentarismo.

O crescimento da extrema direita exige uma resposta de toda a sociedade civil organizada que carrega a perspectiva humanista. Não se trata de um problema de esquerda. Vive-se uma ameaça para a sociedade brasileira, uma ameaça aos direitos e à liberdade. Isso já está acontecendo. Não se pode fazer exposição de arte num museu. No Espírito Santo, um deputado fez aprovar uma lei que proibiu exposição que contenha nu em espaço público. Hoje se a escultura de Davi, obra de Michelangelo, fosse trazida ao Brasil, ela não poderia ser exposta no estado capixaba[17].

O que fazer?

A primeira coisa que temos a fazer é **trabalhar a paciência histórica e evitar ilusões messiânicas**. Não há razões objetivas para confiar que as eleições de 2018 podem representar qualquer mudança. Devemos pensar historicamente como é típico da fé cristã. O messianismo religioso ou político é contrário à perspectiva cristã.

Jesus é o messias antimessias. Quando se olham os exemplos do Reino de Deus que Jesus deu no Evangelho, todos eles definem o Reino como processo. O processo de construção do Reino de Deus é comparado ao grão de mostarda que vai germinando, ao joio que cresce em meio ao trigo, o fermento na massa, todos expressam uma ideia de processo.

Retomar a processualidade implica também **assumir uma estratégia de defesa de longo prazo**. Pensar nas nossas organizações com uma estratégia de resistência às mudanças que vêm sendo impostas e de defesa de longo prazo. **Retomar também as organizações de base**: bairros, igrejas, juventude, estudantes, grupos de cultura e setores de resistência.

É preciso encontrar novas formas de organização. **Pensar novas maneiras de se socializar** utilizando os recursos de redes sociais e outras alternativas, **mas sem romper com o passado**. Não se

[17] Dias após a realização desta palestra, o Projeto de Lei 383/2017 foi vetado integralmente pelo governador do Estado do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB). Cf. http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-12/governador-do-es-veta-projeto-que-proibia-nus-artisticos-em-espacos-publicos. (Acesso em 19 dez. 2017).

pode incorrer no erro bastante comum de se condenar tudo que é do passado e achar que tudo que é novo é bom. Há uma dialética entre o passado, o presente e o futuro a ser mantida. Não existem só novas organizações.

Há um certo discurso que diz que nas organizações do movimento social tudo tem que ser horizontal. No entanto, é frequente que as decisões sejam tomadas coletivamente, mas que as pessoas se sintam livres para acatar ou não o que foi decidido. No final, nada é feito ou apenas a coordenação ou um grupo restrito de pessoas se compromete efetivamente. De horizontal, tem apenas o nome. Outros se recusam a fazer organizações físicas e apostam apenas nos processos virtuais, esquecendo-se de que algumas coisas não funcionam apenas no virtual. Esquecem-se também das contradições do mundo virtual, que não é apenas uma maravilha.

Fortalecer as organizações dos oprimidos em diversos setores e causas: mulheres, negros, mulheres negras, povos tradicionais de matriz africana, homossexuais, transgêneros, indígenas.

Importa, porém, **não perder a perspectiva de luta conjunta e estrutural**. Existem coletivos que lutam pelos direitos dos negros, mas não querem pensar o sistema. Na universidade, há coletivos de negros que dizem não se preocupar com a privatização da universidade desde que a cota para negros seja mantida. Há grupos que lutam pelas mulheres não admitem a participação de homens; coletivos que lutam pelos negros e não admitem a participação de brancos na luta; grupos que lutam pelos homossexuais e não permitem a participação de heterossexuais na luta. Obviamente mulheres devem assumir a liderança na luta das mulheres, mas não pode ser excluída da pauta dos homens a causa das mulheres. Esse princípio vale igualmente para todas as demais questões mencionadas.

No entanto, tem-se chegado ao extremo de ouvir mulheres que criticam homens interessados pela luta que elas fazem, ou negros que criticam os brancos que falam da opressão do negro. Existe o risco de se formarem guetos e, com cada grupo lutando em seu próprio campo, perde-se de vista o aspecto estrutural. Abandonar a perspectiva de luta conjunta e estrutural é suicídio.

Além de unificar as lutas, **é preciso despartidarizar os movimentos sociais**. É impensável que se veja a CUT, por ser mais ligada ao PT, brigar com CSP-Conlutas, mais ligada ao PSTU ou ao PSOL, até mesmo para decidir a simples data de uma greve a ser feita. Não conseguem chegar a um acordo nem mesmo para definir uma simples data para uma manifestação. Com isso, um grupo deixa de ir ao evento convocado por outro.

Antes da consolidação do golpe, houve pessoas que se sentiram impossibilitadas de lutar contra o golpe porque, se o fizessem, se sentiriam apoiando o governo petista com o qual não comungavam. Passado o fato, depois, quiseram assumir o protagonismo da luta. Deixaram de enxergar uma questão estrutural e que deveria interessar a todos e a reduziram a uma questão meramente partidária.

O golpe prejudicou a população inteira. Reconhecer esse fato não me torna favorável ao governo que foi deposto, do mesmo jeito que não preciso ser a favor de Saddam Hussein para denunciar que os Estados Unidos invadiram o Iraque e instalaram por lá o caos. No Brasil, a direita e a esquerda não conseguem perceber que lutar contra o caos que o país se tornou não significa apoiar o que tinha antes. Tal estreiteza de pensamento se deve ao fato de que as lutas sociais estão partidarizadas.

Deseleitoralizar a política é uma tarefa urgente. Colocam-se as expectativas em 2018, depois em 2020 e depois ainda na próxima eleição, como se fosse a eleição que fosse trazer a solução para nossos problemas. Ora, eleição não vai resolver o nosso problema. Pelo contrário, viver como se os problemas sociais seriam resolvidos vencendo a eleição se tornou o maior dos problemas. Esse foi o veneno, não pode ser o remédio. Ainda em 2006, eu fiz um artigo para a revista *Vida Pastoral*[18], falando do erro cometido pelos grupos de Fé e Política quando apostaram todas as suas fichas na via institucional. Toda a ação de Fé e Política ficou reduzida ao projeto de eleger bons candidatos.

Trabalhar mais do que nunca a consciência e a formação política pode parecer um discurso batido, mas não há alternativa. É preciso trabalhar

[18] Trata-se do texto: ABDALLA, Maurício. O reino de Deus e o poder político. In: **Vida Pastoral**. São Paulo, Paulus, jan./fev. 2006, p. 3-11. Disponível em: http://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/o-reino-de-deus-e-o-poder-politico/. Data da consulta: 13 dez. 2017.

intensamente na formação política. Uma importante estratégia do golpe partiu justamente da formação de consciências. A formação foi o armamento usado pelo inimigo ao planejar o combate. É exatamente por essa via – a da formação das consciências – que estamos perdendo a batalha. Não estamos conseguindo chegar à juventude ou aos setores não organizados da sociedade. Diferentemente dos golpistas, nós não estamos usando bem essas armas. O poder do adversário está na captura de consciências.

É preciso analisar essa questão estrategicamente, mas já devemos considerar que a Igreja é um espaço privilegiado para formar consciências. Vários são os motivos pelos quais o golpe não encontrou resistência forte. Destaco, entre eles, um certo recuo na prática dos setores de esquerda que antes fazia a formação de consciências. Mesmo na Igreja Católica, que antes fazia formação nas Comunidades Eclesiais de Base e nas pastorais, houve uma mudança de rumo.

Essa mudança não foi casual. Já em 1988 intelectuais e estrategistas elaboraram o *Documento de Santa Fé*[19] para orientar a ação do governo dos Estados Unidos no mundo. O documento recebe o nome da cidade onde foi publicado, no Novo México, Estados Unidos. Nele se colocava a *Teologia da Libertação* como um grande risco para a execução dos interesses geopolíticos dos Estados Unidos na América Latina.

De fato, a ação estadunidense para destruir a *Teologia da Libertação* pode ser claramente percebida já na década seguinte. Nos anos 1990, começa o crescimento de cultos neopentecostais dentro da Igreja Católica, com uma mídia riquíssima atuando em favor de grupos mais espiritualistas, a onda dos padres *pop star*. Tudo isso começa a destruir o trabalho de formação de consciência social que a Igreja fazia e que é justamente aquilo que os estrategistas dos Estados Unidos apontaram como a grande ameaça para os interesses deles na América Latina.

Além disso, os partidos de esquerda deixaram de atuar na formação política para disputar eleições. Os movimentos sociais, inclusive as pastorais, criaram uma agenda que não era própria, mas sempre caracterizada como uma agenda pré ou pós-eleitoral. Sem contar o oligopólio dos meios de comunicação, cientificamente estruturado como uma engenharia do consentimento[20], uma espécie de ilusionismo pelo qual se cria um controle da mente muito sutil. Por tudo isso, é indispensável **buscar e criar mecanismos de formação e informação alternativos aos oligopólios da mídia**.

O papel da Igreja mostra-se essencial quando se analisa a história do Brasil. Grande parte dos movimentos sociais importantes que nasceram no Brasil teve sua origem nessa cultura de fé da população. É a única força que tem o poder simbólico de mudar as consciências de maneira a enfrentar os meios de comunicação. A dimensão simbólica que a Igreja ainda tem consegue modificar consciências. A credibilidade que a autoridade religiosa tem ainda consegue mudar consciências. Isso se vê no campo do fundamentalismo pentecostal, mas também no lado daqueles que acreditam na luta.

[19] O documento está disponível, em espanhol, pode ser lido na íntegra: http://www.elcorreo.eu.org/Documento-de-Santa-Fe-II1988?lang=fr. Sobre a *Teologia da Libertação*, consulte-se a seção "La ofensiva cultural marxista".

[20] Sobre a produção do consenso operada pela mídia, veja: ABDALLA, Maurício. Entre o mundo da mídia e o mundo da fé. In: ALVES, Claudemir; SOUZA, Robson Sávio; PENZIM, Adriana (Org.). **Igreja e sociedade**: análises em perspectivas. Belo Horizonte, Nesp, 2015. (Cadernos do Nesp, n. 5.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205
30.535-901 - Belo Horizonte – MG
Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:
Frederico Santana Rick - VEASP
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves